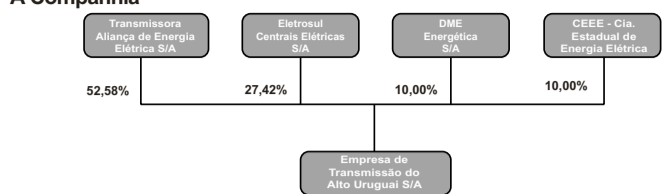


## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Administração da Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A. ("ETAU" ou "Companhia") tem a satisfação de submeter à apreciação dos Senhores Acionistas o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras acompanhadas das notas explicativas e do respectivo relatório dos auditores independentes relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012.

### A Companhia



**Controladores** - Possuem o controle compartilhado da Companhia, por meio de acordo de acionistas: Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. ("Taesa"), Eletrosul Centrais Elétricas S.A. ("Eletrosul"), DME Energética S.A. ("DME") e Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica ("CEEE-GT").

### Desempenho financeiro

	2012	2011
Receita operacional líquida	27.595	35.825
EBITDA	23.023	31.452
Margem EBITDA	83,43%	87,79%
<b>Reconciliação do EBITDA</b>		
Lucro do exercício	18.091	25.331
Resultado Financeiro	3.568	4.293
Imposto de renda e contribuição social	1.364	1.828
EBITDA	23.023	31.452

EBITDA - é o lucro líquido antes dos impostos, das despesas financeiras líquidas e das despesas de depreciação e amortização. O EBITDA não é reconhecido pelas práticas

contábeis adotadas no Brasil e não representa um fluxo de caixa para os períodos apresentados, não deve ser considerado como um lucro líquido alternativo, bem como não é indicador de desempenho. O EBITDA apresentado é utilizado pela Companhia para medir o seu próprio desempenho. A Companhia entende que alguns investidores e analistas financeiros usam o EBITDA como um indicador de seu desempenho operacional.

### Perfil do endividamento

	2012	2011
Curto prazo	6.996	6.958
Longo prazo	28.078	34.509
Dívida bruta	35.074	41.467
(-) Caixa equivalentes de caixa, depósitos vinculados e outros investimentos	(5.683)	(4.685)
(=) Dívida líquida	29.391	36.782
Dívida líquida/EBITDA	1,28	1,17

**Dívida Líquida** - A Dívida Líquida não é reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas semelhantes fornecidas por outras companhias e, também, não é uma medida de fluxo de caixa, liquidez ou capacidade de pagamento da dívida. A Dívida Líquida representa o somatório de Empréstimos e Financiamentos do Passivo Circulante e do Passivo Não Circulante, menos o Caixa e Equivalente de Caixa, Depósitos Vinculados e Outros Investimentos. A Dívida Líquida apresentada é utilizada pela Companhia para medir o seu próprio desempenho. A Companhia entende que alguns investidores e analistas financeiros usam a dívida líquida como um indicador de seu desempenho.

### Governança Corporativa

A ETAU possui como órgão de Governança Corporativa o Conselho de Administração que é composto por membros efetivos e suplentes representantes dos acionistas da Companhia. Cabe ao Conselho de Administração estabelecer as diretrizes fundamentais para a Companhia, verificar e acompanhar sua execução.

A ETAU faz parte do Grupo Taesa, cuja holding - Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A., é uma Companhia de capital aberto, listada no segmento do Nível 2 de Governança Corporativa da BOVESPA. A Transmissora Aliança de Energia Elétri-

ca S.A realiza atividades de back-office para atividades administrativas da ETAU e procura implantar na concessão os mesmos princípios de Governança Corporativa e Qualidade, comuns a todas concessionárias do Grupo Taesa.

### Política de qualidade

A ETAU, respaldada pela alta administração, manifesta seu compromisso com a qualidade, declarando como diretrizes globais da organização: o completo atendimento dos requisitos do cliente, o comprometimento com a melhoria contínua e a excelência no sistema de gestão da qualidade, direcionados à execução dos serviços de operação e manutenção de linhas de transmissão de energia elétrica, formalizadas pelas seguintes linhas estratégicas:

- Gestão corporativa desafiadora e ética, com foco no cliente e resultados;
- Atendimento dos requisitos regulatórios do setor, devidamente alinhado com a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e Operador Nacional do Sistema Elétrico - O.N.S.;
- Conscientização do público interno quanto ao Sistema de Gestão da Qualidade;
- Cumprimento das Normas de Segurança; e
- Aperfeiçoamento da qualidade dos serviços de operação e manutenção das linhas de transmissão e subestações.

### Declaração da Diretoria

Os membros da Diretoria da Companhia, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, declaram que reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras da Companhia e com as opiniões dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2012.

### Relacionamento com os Auditores Independentes

A Companhia contratou a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes para prestação de serviços de auditoria independente por 03(três) anos consecutivos no valor de R\$106 mil anuais. As políticas da Companhia na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa junto aos seus auditores independentes visam assegurar que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade e se substanciam nos princípios que preservam a independência do auditor. Durante o exercício 2012, nossos auditores independentes não prestaram serviços não relacionados à auditoria.

## BALANÇO SOCIAL ANUAL 7/2012

1 - Base de Cálculo	2012 Valor (Mil reais)	2011 Valor (Mil reais)
Receita líquida (RL)	27.595	35.825
Resultado operacional (RO)	23.023	31.452
Folha de pagamento bruta (FPB)	0	0

2 - Indicadores Sociais Internos	Valor (mil)	%sobre FPB	%sobre RL	Valor (mil)	%sobre FPB	%sobre RL
Alimentação	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Encargos sociais compulsórios	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Previdência privada	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Saúde	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Segurança e saúde no trabalho	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Educação	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Cultura	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Creches ou auxílio-creche	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Participação nos lucros ou resultados	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Outros	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
<b>Total - Indicadores sociais internos</b>	<b>0</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>	<b>0</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>

3 - Indicadores Sociais Externos	Valor (mil)	%sobre RO	%sobre RL	Valor (mil)	%sobre RO	%sobre RL
Educação	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Cultura	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Saúde e saneamento	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Esporte	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Combate à fome e segurança alimentar	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Outros	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
<b>Total das contribuições para a sociedade</b>	<b>0</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>	<b>0</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>
Tributos (excluídos encargos sociais)	3.526	15,32%	12,78%	4.434	14,10%	12,38%
<b>Total - Indicadores sociais externos</b>	<b>3.526</b>	<b>15,32%</b>	<b>12,78%</b>	<b>4.434</b>	<b>14,10%</b>	<b>12,38%</b>

4 - Indicadores Ambientais	Valor (mil)	%sobre RO	%sobre RL	Valor (mil)	%sobre RO	%sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa	0	0,00%	0,00%	147	0,47%	0,41%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	637	2,77%	2,31%	46	0,15%	0,13%
<b>Total dos investimentos em meio ambiente</b>	<b>132</b>	<b>0,57%</b>	<b>0,48%</b>	<b>193</b>	<b>0,61%</b>	<b>0,54%</b>

Quando ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa:

( ) não possui metas	( ) não possui metas
( ) cumpre de 0 a 50%	( ) cumpre de 0 a 50%
( ) cumpre de 51 a 75%	( ) cumpre de 51 a 75%
(x) cumpre de 76 a 100%	(x) cumpre de 76 a 100%

5 - Indicadores do Corpo Funcional	2012	2011
Nº de empregados(as) ao final do período	0	0
Nº de admissões durante o período	0	0
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	0	0
Nº de estagiários(as)	0	0
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	0	0
Nº de mulheres que trabalham na empresa	0	0
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	0,00%	0,00%
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	0	0
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	0,00%	0,00%
Nº de pessoas com deficiência ou necessidades especiais	0	0

6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2012 Valor (Mil reais)	2011
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	0%	0%
Número total de acidentes de trabalho	0	0
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	( ) direção gerências	(x) direção e gerências
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	( ) direção gerências	( ) todos(as) empregados(as) + Cipa
Quando à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	( ) não se envolve	( ) segue as normas da OIT
A previdência privada contempla:	( ) direção gerências	( ) todos(as) empregados(as) e direção
A participação dos lucros ou resultados contempla:	( ) direção gerências	( ) todos(as) empregados(as) e direção
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	( ) não são considerados	( ) são sugeridos
Quando à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	( ) não se envolve	( ) apóia
Número Total de reclamações e críticas de consumidores (as):	na empresa	na Justiça
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa	na Justiça

Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$): ... **Em 2012: 25.745** **Em 2011: 34.840**

Distribuição do Valor Adicionado (DVA):

13,70% governo	47,17% acionistas	12,73% governo	30,95% acionistas
23,10% retido	16,03 % terceiros	41,75% retido	14,57 % terceiros

### 7 - Outras Informações

A Companhia não possui funcionários e todos os trabalhos são prestados pela Taesa por meio de contrato de back-office.

## BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

Nota	2012	2011
(Reapresentado)		
<b>Ativos</b>		
<b>Ativos Circulantes</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	4.215,1	1.283
Clientes	6.374	2.992
Ativo financeiro	6.18.648	17.826
Outras contas a receber	11.720	452
<b>Total dos Ativos Circulantes</b>	<b>24.893</b>	<b>22.553</b>
<b>Ativos Não Circulantes</b>		
Depósitos vinculados e outros investimentos	5.3.532	3.402
Depósitos judiciais	10.153	147
Ativo financeiro	6.104.314	102.017
Outras contas a receber	11.63	64
<b>Total dos Ativos Não Circulantes</b>	<b>108.062</b>	<b>105.630</b>
<b>Total dos ativos</b>	<b>132.955</b>	<b>128.183</b>

As notas explicativas são parte integrante dessas demonstrações financeiras

## DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota	Reserva de Lucros		Dividendos		Lucros acumulados		Total
		Capital social	Legal	Especial	Adicionais Propostos	2012	2011	
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2010</b>		<b>34.895</b>	<b>2.408</b>	<b>17.929</b>	<b>10.182</b>	-	-	<b>65.414</b>
Dividendos adicionais aprovados	17	-	-	-	(10.182)	-	-	(10.182)
Lucro do exercício		-	-	-	-	25.331	25.331	25.331
Destinação do lucro do exercício:	17	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal		-	1.267	-	-	(1.267)	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	(241)	(241)	-
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	10.541	(10.541)	-	-
Reserva especial		-	-	13.282	-	(13.282)	-	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2011</b>		<b>34.895</b>	<b>3.675</b>	<b>31.211</b>	<b>10.541</b>	-	-	<b>80.322</b>
Dividendos adicionais aprovados	17	-	-	-	(10.541)	-	-	(10.541)
Lucro do exercício		-	-	-	-	18.091	18.091	18.091
Destinação do lucro do exercício:	17	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal		-	905	-	-	(905)	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	(172)	(172)	-
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	11.973	(11.973)	-	-
Reserva especial		-	-	5.041	-	(5.041)	-	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2012</b>		<b>34.895</b>	<b>4.580</b>	<b>36.252</b>	<b>11.973</b>	-	-	<b>87.700</b>

As notas explicativas são parte integrante dessas demonstrações financeiras

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2012 (Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

### 1. Informações Gerais

A Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A. ("ETAU" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado constituída em 7 de maio de 2002, que tem como objeto principal a exploração da concessão de serviços públicos de transmissão relativos à linha de transmissão de energia elétrica denominada Campos Novos/Santa Marta de 230 kV, bem como das subestações de Lagoa Vermelha 2 - RS, Barra Grande - SC e das entradas de linhas e instalações associadas a estas, localizadas nas subestações de Santa Marta - RS e Campos Novos - SC, conforme estabelecido no Edital de Leilão nº 002/2002, emitido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. Em 18 de dezembro de 2002 a Companhia assinou, junto à ANEEL, o contrato de concessão nº 082/2002 para construção, operação e manutenção da linha de transmissão pelo prazo de trinta anos. A linha de transmissão de 230 kV tem extensão aproximada de 188 km, com origem na subestação de Campos Novos - SC e término na subestação Santa Marta - RS, fazendo parte do Sistema Interligado Nacional (SIN). A construção da linha de transmissão foi iniciada ao longo do exercício de 2002 e foi concluída em 1º de setembro de 2005. **Controladores** - Possuem o controle compartilhado da Companhia, por meio de acordo de acionistas: Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. ("Taesa"), Eletrosul Centrais Elétricas S.A. ("Eletrosul"), DME Energética S.A. ("DME") e Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica ("CEEE-GT"). Lei nº 12.783 de 2013 (Conversão da Medida Provisória nº 579, de 2012) - aplicabilidade ao contrato de concessão da Companhia: Exarada pela Presidência da República em 11 de setembro de 2012, a Medida Provisória - MP 579/2012 ("Medida Provisória" ou "MP"), convertida na Lei nº 12.783 ("Lei"), de 11 de janeiro de 2013, estabelece as medidas para prorrogação das concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais e sobre a modalidade tarifária. A Lei 12.783/2013 alcança somente as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica outorgadas antes da publicação da Lei nº 8.987/1995, que vencem entre 2015 e 2017. Estas concessões não foram licitadas, tendo em vista que, à época, eram outorgadas mediante a verificação de existência de requerente idôneo ou mediante concorrências públicas para a exploração de serviços de energia elétrica realizadas pelo Governo Federal. A Lei também estabelece a extinção e redução de determinados encargos setoriais. Neste contexto, os termos e requerimentos estabelecidos pela Lei 12.783/2013, não são aplicáveis para o contrato de concessão da Companhia, pelo fato do mesmo ser posterior à publicação da Lei 8.987/1995, onde ocorreu inclusive processo de licitação. Este entendimento é definido pelos próprios termos da lei e corroborado por parecer de assessor jurídico externo o qual efetuou a análise jurídica da mesma.

### 2. Base de Preparação

**2.1. Declaração de conformidade** - As presentes demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP). A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração e Conselho de Administração em 31 de janeiro de 2013. As práticas contábeis adotadas no Brasil

## DEMONSTRAÇÕES DE VALOR ADICIONADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota	2012	2011
(Reapresentado)			
<b>Receitas</b>			
Operação e manutenção	22	11.359	11.698
Remuneração do ativo financeiro	22	18.371	26.683
		29.730	38.381
<b>Insumos adquiridos de terceiros (Inclui os valores dos impostos - ICMS, IPI, PIS e COFINS)</b>			
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(4.444)	(4.121)
Despesas gerais, administrativas e outros custos		(101)	(201)
		(4.545)	(4.322)
<b>Valor adicionado bruto</b>		<b>25.185</b>	<b>34.059</b>
<b>Valor adicionado líquido produzido pela entidade</b>		<b>25.185</b>	<b>34.059</b>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>			
Receitas financeiras	23	560	781
		560	781
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>		<b>25.745</b>	<b>34.840</b>
<b>Impostos, taxas e contribuições</b>			
Federais (inclui as taxas regulamentares da Aneel)		3.515	4.404
Estaduais		7	31
Municipais		4	-
		3.526	4.435
<b>Remuneração de Capitais de terceiros</b>			
Encargos de dívidas e variação monetária líquida	23	4.007	4.878
Outras despesas financeiras, líquidas	23	121	196
		4.128	5.074
<b>Remuneração de Capitais Próprios</b>			
Reserva legal	18	905	1.267
Dividendos obrigatórios	18	172	241
Dividendos adicionais propostos	18	12.145	10.541
Reserva especial	18	4.869	13.282
		18.091	25.331
<b>Valor adicionado total distribuído</b>		<b>25.745</b>	<b>34.840</b>

As notas explicativas são parte integrante dessas demonstrações financeiras

compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os

cessão. São consideradas no fluxo de caixa futuro as estimativas da Companhia na determinação da parcela mensal da RAP que deve remunerar a infraestrutura e da indenização que se espera receber do Poder Concedente no final da concessão. O valor indenizável é considerado pela Companhia como o valor residual contábil no término da concessão. A Companhia utiliza os seus resultados históricos como base para determinação de suas estimativas, levando em consideração o tipo de concessão, a região de operação e as especificidades de cada leilão. b) Receita de Operação e Manutenção: As receitas oriundas dos serviços de Operação e Manutenção (O&M) são determinadas com base nos seus valores justos e reconhecidas de forma linear durante o prazo da concessão. c) Avaliação de instrumentos financeiros: A Companhia faz uso de técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros. A nota explicativa nº 20 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas pela Companhia na determinação do valor justo de seus instrumentos financeiros, bem como a análise de sensibilidade dessas premissas. d) Impostos, contribuições e tributos: Existem incertezas relacionadas à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Em função da natureza de longo prazo e da complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constituiu provisões, quando aplicável, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que atua. O valor dessas provisões baseia-se em diversos fatores, tais como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições das jurisdições onde a Companhia atua. O imposto de renda e contribuição social diferidos, bem como os tributos diferidos, são registrados com base nas diferenças temporárias entre as bases contábeis e as bases fiscais considerando a legislação tributária vigente e os aspectos mencionados no parágrafo anterior. e) Provisões para Riscos Trabalhistas, Fiscais e Cíveis - A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos, conforme descrito na nota explicativa nº 15. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores legais externos. A Administração entende que essas provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas Demonstrações Financeiras. **2.5. Sazonalidade** - A Companhia não possui sazonalidade em suas operações. Todavia, o reconhecimento dos efeitos inflacionários do ativo financeiro da Companhia são reconhecidos no terceiro trimestre de cada exercício, uma vez que as resoluções homologatórias da ANEEL ocorrem neste período e definem a RAP do próximo ciclo tarifário da concessão. **2.6. Informações por Segmento** - A Companhia atua somente no segmento de transmissão de energia elétrica. A Companhia realiza atividade de disponibilização da rede básica com base no contrato celebrado entre a Companhia e o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), denominado CUST - Contrato de Uso do Sistema de Transmissão. Tal contrato estabelece os termos e as condições que irão regular a administração do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) na cobrança e na liquidação dos encargos de uso da transmissão. Desta forma a Companhia não tem gerência sobre quais são os usuários da linha de transmissão e quanto cada um deles deverá pagar por este acesso. Esta gerência é de inteira responsabilidade do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) assegurando que não há obrigações contratuais diretas entre aqueles que acessam a linha de transmissão e a Companhia (vide nota explicativa nº 20). **2.7. Reclassificações referentes a exercícios anteriores** - A Companhia identificou as seguintes reclassificações aplicáveis às informações relativas a períodos anteriores. As variações apresentadas no grupo "Outras contas não afetadas" referem-se a arredondamento. Abaixo demonstramos as reclassificações efetuadas nas demonstrações financeiras para efeito de comparabilidade.

#### I - Balanço patrimonial

	Ref 31/12/2011 (Publicado)	31/12/2011 (Reapresentado)
<b>Ativo</b>		
Total do Ativo Circulante .....	<u>22.553</u>	<u>22.553</u>
Total do Ativo Não Circulante .....	<u>105.630</u>	<u>105.630</u>
<b>Total do Ativo .....</b>	<u><b>128.183</b></u>	<u><b>128.183</b></u>
<b>Passivo</b>		
Outras contas a pagar .....	a 1.150	1.245
Outras contas não afetadas .....	<u>10.346</u>	<u>10.346</u>
<b>Total do Passivo Circulante .....</b>	<u><b>11.496</b></u>	<u><b>11.591</b></u>
Outras contas a pagar .....	a 958	863
Outras contas não afetadas .....	<u>35.407</u>	<u>35.407</u>
<b>Total do Passivo Não Circulante .....</b>	<u><b>36.365</b></u>	<u><b>36.270</b></u>
<b>Total do Passivo .....</b>	<u><b>47.861</b></u>	<u><b>47.861</b></u>
<b>Total do Patrimônio Líquido .....</b>	<u><b>80.322</b></u>	<u><b>80.322</b></u>
<b>Total do Passivo e Patrimônio Líquido .....</b>	<u><b>128.183</b></u>	<u><b>128.183</b></u>

a) Reclassificação de outras contas a pagar (circulante), no montante de R\$95, classificados anteriormente no não circulante, para uma melhor apresentação em decorrência da expectativa de realização desses valores.

#### II - Demonstração de Resultado

	Ref 31/12/2011 (Publicado)	31/12/2011 (Reapresentado)
<b>Receita operacional líquida .....</b>	<u><b>35.825</b></u>	<u><b>35.825</b></u>
Custos operacionais .....	(3.188)	(3.188)
Serviços de terceiros .....	a (1.135)	(929)
Outras despesas .....	a (50)	(256)
Despesas operacionais .....	(1.185)	(1.185)
<b>Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos .....</b>	<u><b>31.452</b></u>	<u><b>31.452</b></u>
<b>Resultado antes dos impostos e contribuições .....</b>	<u><b>27.159</b></u>	<u><b>27.159</b></u>
<b>Lucro do exercício .....</b>	<u><b>25.331</b></u>	<u><b>25.331</b></u>

a) Reclassificação de remuneração de administradores no montante de R\$206 para outras despesas, classificadas anteriormente como serviços de terceiros.

#### III - Demonstrações dos Fluxos de Caixa

	Ref 31/12/2011 (Publicado)	31/12/2011 (Reapresentado)
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b> ..		
Remuneração do ativo financeiro .....	a -	(26.683)
Aumento no contas a receber de clientes e ativo financeiro .....	(9.250)	-
Aumento no contas a receber de clientes .....	a -	(444)
Redução no ativo financeiro .....	a -	17.877
Outras contas não afetadas .....	<u>30.791</u>	<u>30.791</u>
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais .....</b>	<u><b>21.541</b></u>	<u><b>21.541</b></u>
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades de investimentos .....</b>	<u><b>91</b></u>	<u><b>91</b></u>
<b>Caixa líquido aplicado das atividades de financiamentos .....</b>	<u><b>(21.694)</b></u>	<u><b>(21.694)</b></u>
<b>Diminuição no saldo de caixa e equivalentes de caixa .....</b>	<u><b>(62)</b></u>	<u><b>(62)</b></u>

a) Reclassificações entre linhas no grupo das atividades operacionais para a uma melhor apresentação das transações que não envolvem caixa que impactaram o resultado da Companhia e estavam apresentadas líquidas na variação dos saldos ativos e passivos operacionais e não como um como um ajuste ao lucro.

#### IV - Demonstração do valor adicionado

	Ref 31/12/2011 (Publicado)	31/12/2011 (Reapresentado)
<b>Receitas .....</b>	<u><b>38.381</b></u>	<u><b>38.381</b></u>
<b>Insumos adquiridos de terceiros .....</b>	<u><b>(4.323)</b></u>	<u><b>(4.322)</b></u>
<b>Valor adicionado líquido produzido pela entidade. Valor adicionado recebido em transferência</b> .....	<u><b>34.058</b></u>	<u><b>34.059</b></u>
Receitas Financeiras .....	a 1.797	781
<b>Valor adicionado total a distribuir .....</b>	<u><b>35.856</b></u>	<u><b>34.840</b></u>
Impostos, taxas e contribuições		
Federais .....	4.404	4.404
Estaduais .....	<u>30</u>	<u>31</u>
	4.434	4.435

**Remuneração de capitais de terceiros**  
Encargos de dívidas e variação monetária líquida ..... a 5.909 4.878  
Outras despesas financeiras líquidas ..... a 182 196  
6.091 5.074

#### Remuneração de Capitais Próprios

Lucro do exercício .....	25.331	25.331
<b>Valor adicionado total distribuído .....</b>	<u><b>38.856</b></u>	<u><b>34.840</b></u>

a) Reclassificação nas linhas de Remuneração de capitais de terceiros, no montante de R\$1.017, classificados anteriormente nas linhas de Valor adicionado recebido em transferência. As reclassificações anteriormente mencionadas não tem impacto nas demonstrações de resultado abrangente referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e nem no balanço de abertura de 31 de dezembro de 2010.

#### 3. Principais práticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo, têm sido aplicadas de maneira consistente pela Companhia a todos os períodos apresentados nestas demonstrações financeiras.

##### 3.1. Instrumentos financeiros - a. Ativos financeiros não derivativos

- A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia não reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. A Companhia reconhece um ativo financeiro decorrente de contratos de concessão quando possui um direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente ou da parte por ele indicada para os serviços de construção ou melhorias prestados. Tais ativos financeiros são mensurados ao valor justo no reconhecimento inicial e classificados como empréstimos e recebíveis. Subsequente ao reconhecimento inicial, os ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado. A Companhia classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: (i) Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado - Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseada em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação são reconhecidos no resultado quando incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, os quais levam em consideração qualquer ganho com dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício. Ativos financeiros designados pelo valor justo através do resultado compreendem instrumentos patrimoniais que de outra forma seriam classificados como passivos para venda. (ii) Empréstimos e recebíveis - Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. (iii) Ativos Financeiros mantidos até o vencimento - Os ativos financeiros mantidos até o vencimento correspondem aos instrumentos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e data de vencimento fixa, para os quais a Companhia tem intenção positiva e capacidade de manter tais investimentos até o vencimento. Após o reconhecimento inicial, os ativos financeiros mantidos até o vencimento são mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, menos eventual perda por redução ao valor recuperável. **b. Passivos financeiros não derivativos** - A Companhia reconhece títulos de dívidas emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou quitadas. A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. **c. Capital social** - (i) Ações ordinárias - Ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e quaisquer de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários. Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo. **3.2. Redução ao valor recuperável (impairment) - a. Ativos financeiros (incluindo recebíveis)** - Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido a Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. A Companhia não identificou perdas (*impairment*) a serem reconhecidas em nenhum dos períodos apresentados. **b. Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado** - A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Ativos individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de riscos similares. Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro mensurado pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. A Companhia não identificou perdas (*impairment*) a serem reconhecidas em nenhum dos períodos apresentados. **c. Ativos não financeiros** - Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não o imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou "UGC - unidade geradora de caixa", exceder o seu valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflete as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade de capital e os riscos específicos do ativo ou "UGC". Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a "unidade geradora de caixa ou UGC"). Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. A Companhia não identificou perdas (*impairment*) a serem reconhecidas em nenhum dos períodos apresentados. **3.3. Provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis** - Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico venha a ser exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado. **3.4. Receita operacional - Receita Operacional proveniente de Contratos de Concessão:** De acordo com a interpretação ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão (equivalente à IFRIC 12) e a orientação OCP 05 - Contratos de Concessão, as concessionárias de transmissão de energia elétrica no ambiente regulatório brasileiro adotam o modelo do ativo financeiro, conforme estabelecido pelo parágrafo 93 da referida orientação. Com base nesse modelo, a receita anual permitida - RAP é composta por uma parcela que remunera o ativo financeiro constituído (investimento realizado nas construções das linhas de transmissão), e por uma parcela que remunera a operação e a manutenção da rede de transmissão, sendo esta última reconhecida de forma linear. As receitas de desenvolvimento da infraestrutura, incorridas na fase de construção da linha de transmissão, foram contabilizadas pelos seus valores justos com base no que ditam os pronunciamentos CPC 17(R1) - Contratos de Construção (equivalente ao IAS 11) e CPC 30(R1) - Receitas (equivalente ao IAS 18) e a interpretação ICPC 01 (R1) (equivalente à IFRIC 12), respeitando o regime de competência e adotando o método de apropriação linear da receita de operação e manutenção. Com base no exposto acima, a Companhia reconhece suas receitas quando os seus valores da receita podem ser mensurados com segurança e seja provável que seus benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia. As principais fontes de receita da Companhia estão descritas a seguir: • Receita de remuneração do ativo financeiro a ser reconhecida até o final do período da concessão e auferida levando em consideração a taxa de retorno de cada investimento e definida no início de cada concessão; • Receita de operação e manutenção reconhecida de forma linear e mensurada no início de cada concessão, e com base no que dita o Pronunciamento Técnico CPC 30(R1) - Receitas (equivalente ao IAS 18); • Receita de desenvolvimento da infraestrutura, incorrida na fase de construção e apenas relacionada com as construções das linhas de transmissão e com as expansões que gerem receita adicional (receita de reforço). A receita de desenvolvimento da infraestrutura é reconhecida no resultado na medida do estágio de conclusão da obra, de acordo com o que dita o pronunciamento CPC 17(R1) - Contratos de Construção e mensurada com base nos seus valores justos. Os custos de desenvolvimento da infraestrutura são reconhecidos à medida que são incorridos. **3.5. Receitas financeiras e despesas financeiras** - As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre financiamentos, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecidas nos ativos financeiros (exceto recebíveis). **3.6. Imposto de renda e contribuição social** - O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente são calculados com base no regime do lucro presumido considerando as seguintes premissas: Imposto de renda - base de cálculo de 8% da receita, alíquota do imposto de renda de 15% e adicional de 10% da receita; Contribuição social - base de cálculo de 12% da receita e alíquota da contribuição social de 9%. A base de cálculo do imposto corrente é a receita bruta auferida trimestralmente acrescida de ganhos de capital, dos rendimentos e ganhos líquidos auferidos em aplicações financeiras (renda fixa e variável), e das variações monetárias ativas e demais resultados positivos obtidos pela Companhia. Quanto ao imposto diferido, foi calculado em relação à diferença de receita verificada pela aplicação das novas práticas contábeis em atendimento às orientações contidas na Interpretação Técnica ICPC 01. Pela aplicação dessa norma, o ativo imobilizado relativo ao contrato de concessão foi reclassificado para o custo de construção da linha de transmissão, e foi constituída uma rubrica de recebíveis de concessão de serviços onde registrou o saldo da receita do contrato de concessão e sua atualização. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substancialmente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras. Estando a Companhia sujeita ao Regime Tributário de Transição (RTT), deve eliminar os ajustes decorrentes da Lei 11.638/07 e diversos CPC, de forma a restabelecer as regras vigentes até 31 de dezembro de 2007. Dessa forma, comparando o método novo e o antigo, a diferença (a maior) na receita reconhecida no resultado foi considerada como base de cálculo para o imposto diferido. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados. A linha de despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos; Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável, ou pela compensação dos créditos com débitos próprios. **3.7. Lucro por ação** - O lucro por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores da Companhia e a média ponderada das ações em circulação no respectivo período. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, entre o exercício anterior e o respectivo período. **3.8. Demonstrações de valor adicionado ("DVA")** - Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela ANEEL, como parte de suas demonstrações financeiras. A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. **3.9. Normas e interpretações novas e revisadas** - 3.9.1 Aplicação das normas novas e revisadas que não tiveram efeito ou efeito material sobre as demonstrações financeiras - A seguir estão as normas novas e revisadas que foram adotadas nessas demonstrações financeiras. As aplicações dessas normas não tiveram impacto relevante nos montantes divulgados no período atual e nos períodos anteriores, porém deverão afetar a contabilização de transações e operações futuras. • Modificações à IFRS 7 - Divulgações - Transferências de Ativos Financeiros; • Modificações à IAS 12 - Impostos Diferidos - Recuperação dos Ativos

Subjacentes; • Modificações à IAS 32 - Instrumentos Financeiros - Apresentação; • CPC 17(R1) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, que trata de contratos de construção; • CPC 18 (R1) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, que trata de Investimento em Controlada e Coligada; • CPC 30(R1) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, que trata de receitas; • CPC 35(R2) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, que trata de demonstrações separadas; • CPC 40(R1) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, que trata de Instrumentos Financeiros; Evidenciação; • ICPC 09 (R1) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, que trata de Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial; e • ICPC 08 (R1) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, que trata de Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos. 3.9.2 Normas e Interpretações novas e revisadas já emitidas, mas ainda não efetivas - Diversas normas e emendas às normas e interpretações IFRS emitidas pelo IASB ainda não entraram em vigor para o período encerrado em 31 de dezembro de 2012, sendo estas: • IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (a); • IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas (b); • IFRS 11 - Empreendimentos Conjuntos (b); • IFRS 12 - Divulgações de Participações em Outras Entidades (b); • IFRS 13 - Mensuração a Valor Justo (b); • Modificações à IAS 01 (revisada em 2011) - Apresentação de itens de outros resultados abrangentes (c); • IAS 19 (revisada em 2011) - Benefícios a Empregados (b); • IAS 27 (revisada em 2011) - Demonstrações Financeiras Separadas (b); • IAS 28 (revisada em 2011) - Investimentos em Coligadas e "Joint Ventures" (b); • IFRIC 20 - Custos de separação na fase de produção de uma mina de superfície (b); • Modificações à IFRS 7 - Compensação de ativos e passivos financeiros (b); e • Modificações à IAS 32 - Compensação de ativos e passivos financeiros (d). Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após: (a) 1º de janeiro de 2015, (b) 1º de janeiro de 2013, (c) 1º de julho de 2012, (d) 1º de janeiro de 2014. O CPC ainda não emitiu pronunciamentos equivalentes aos IFRS anteriormente, mas existe expectativa de que o faça antes da data requerida de sua entrada em vigor. A adoção antecipada dos pronunciamentos do IFRS está condicionada à aprovação prévia em ato normativo do Conselho Federal de Contabilidade. A Companhia não adotou de forma antecipada tais alterações em suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2012. É esperado que nenhum desses novos pronunciamentos tenha efeito material sobre as demonstrações financeiras da Companhia exceto pelo IFRS 9 "Financial Instruments" que pode modificar a classificação e mensuração de ativos financeiros. A Companhia não espera adotar esses pronunciamentos antecipadamente e os respectivos impactos de sua adoção ainda não foram mensurados.

	2012	2011
Caixa e bancos .....	1.141	1.057
Aplicações financeiras (a) .....	<u>1.010</u>	<u>1.226</u>
	<u><b>2.151</b></u>	<u><b>1.283</b></u>

(a) As aplicações financeiras de curto prazo são de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstradas pelo custo acrescido de juros até a data do balanço. O saldo de aplicações financeiras refere-se a certificados de depósitos bancários ("CDBs"), com liquidez diária, remunerados às taxas que oscilam de acordo com a variação do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI"), cuja rentabilidade média obtida foi de aproximadamente 101% do CDI em 31 de dezembro de 2012 (100% em 31 de dezembro de 2011). A exposição da Companhia aos riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa nº 20.

#### 5. Depósitos Vinculados e Outros Investimentos

	2012	2011
Depósitos vinculados .....	<u><b>3.532</b></u>	<u><b>3.402</b></u>

Refere-se basicamente aos depósitos vinculados mantidos pela Companhia para garantia do financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES. O valor mantido nesta conta é apurado periodicamente, com base na projeção dos encargos contratuais incidentes sobre o valor da parcela principal a ser paga, e deve corresponder a, no mínimo, o somatório de 3 (três) meses de serviço da totalidade da dívida da concessionária, 3 (três) meses de pagamento do Contrato de Operação e Manutenção, sendo que a movimentação da "Conta Reserva" só poderá ser realizada com autorização por escrito do BNDES. Esses depósitos referem-se a aplicações em CDB indexadas a taxas que vão de 99% a 100% do CDI. Tais investimentos estão mensurados pelo custo acrescido de juros até a data do balanço. A exposição da Companhia aos riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa nº 20.

#### 6. Clientes e Ativo Financeiro

	2012	2011
Clientes .....	3.374	2.992
Ativo financeiro .....	<u>122.962</u>	<u>119.843</u>
	<u><b>126.336</b></u>	<u><b>122.835</b></u>
Circulante .....	<u>22.022</u>	<u>20.818</u>
Não circulante .....	<u>104.314</u>	<u>102.017</u>
	<u><b>126.336</b></u>	<u><b>122.835</b></u>

Clientes - Abaixo encontra-se a composição de Clientes:

	2012	2011			
Saldos a vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total	Total	
Industrial (i) .....	102	10	135	247	209
Suprimento a Outras Concessionárias (ii) .....	3.295	1	66	3.362	3.019
Comércio, Serviços e Outros (iii) ...	-	-	(235)	(235)	(236)
	<u><b>3.397</b></u>	<u><b>11</b></u>	<u><b>(34)</b></u>	<u><b>3.374</b></u>	<u><b>2.992</b></u>

(i) Industrial - consumidores livres (indústrias); (ii) Suprimento a outras concessionárias - geradoras, transmissoras e distribuidoras; e (iii) Refere-se à provisão para os desligamentos automáticos e programados ocorridos nas concessões no exercício de 2012, que devido aos limites de descontos estabelecidos pelo O.N.S, serão deduzidos dos recebimentos no próximo exercício. **Ativo financeiro** - Em 31 de dezembro de 2012 a Companhia apresentava um ativo financeiro no montante de R\$122.962 (R\$119.843 em 31 de dezembro de 2011), representando o valor atual dos pagamentos mínimos anuais garantidos a serem recebidos do Poder Concedente. Em 31 de dezembro de 2012 os juros e as atualizações monetárias incorridos desde o início da construção foram de R\$82.692 (R\$60.219 em 31 de dezembro de 2011). A taxa utilizada pela Companhia para remunerar o saldo de recebíveis de concessão de serviços, incluindo saldo de indenização, reflete o custo de oportunidade de um investidor à época da tomada de decisão de investir nos ativos de transmissão, tendo sido apurada por meio da metodologia do CAPM (Capital Asset Pricing Model) cuja composição observou os valores à época da realização do investimento. No exercício de 2012 a Companhia registrou uma receita de remuneração do ativo financeiro de R\$18.371 (R\$26.683 em 2011). Abaixo encontra-se a movimentação do ativo financeiro no exercício:

	Juros e atualizações monetárias	Recebimentos	2012
<b>Linha de transmissão Campos Novos/ Santa Marta .....</b>	<b>11,33%</b>	<b>119.843</b>	<b>18.371 (15.252) 122.962</b>

(a) Refere-se à taxa interna de retorno anual média ponderada para remunerar os saldos de recebíveis das concessões de serviços. **Acordo de concessão de serviços** - A Companhia assinou um contrato de concessão do serviço público de transmissão para construção, operação e manutenção das instalações de transmissão conforme descrito na nota explicativa nº 1. Abaixo se encontram as principais características desse contrato de concessão assinado entre a concessionária e a ANEEL: **Receita Anual Permitida ("RAP")** - A prestação do serviço público de transmissão se dará mediante o pagamento à transmissora da RAP a ser auferida, a partir da data de disponibilização para operação comercial das instalações de transmissão. A RAP é reajustada anualmente pelo IGP-M. **Faturamento da Receita de operação, manutenção e construção** - Pela disponibilização das instalações de transmissão para operação comercial, a transmissora terá direito, nos primeiros 15 (quinze) anos de operação comercial, ao faturamento anual de operação, manutenção e construção, reajustada e revisada anualmente. A partir do 16º (décimo sexto) ano de operação comercial, o faturamento anual de operação, manutenção e construção da transmissora será de 50% (cinquenta por cento) do 15º (décimo quinto) ano de operação comercial estendendo-se até o término do prazo final da concessão. **Parcela Variável** - A receita de operação, manutenção e construção estará sujeita a desconto, mediante redução em base mensal, refletindo a condição de disponibilidade das instalações de transmissão, conforme metodologia disposta no CPST - Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão. A parcela referente ao desconto anual por indisponibilidade não poderá ultrapassar 12,5% da receita anual de operação, manutenção e construção da transmissora, relativa ao período contínuo de 12 meses anteriores ao mês da ocorrência da indisponibilidade, inclusive este mês. Caso seja ultrapassado o limite supracitado a transmissora estará sujeita à penalidade de multa, aplicada pela ANEEL nos termos da Resolução nº 318, de 6 de outubro de 1998, no valor máximo por infração incorrida de 2



**• Caixas e equivalentes de caixa, depósitos vinculados e outros investimentos:** Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia detinha caixa e equivalentes de caixa, depósitos vinculados e outros investimentos de R\$5.683 (R\$4.685 em 31 de dezembro de 2011), os quais representam sua máxima exposição de crédito sobre aqueles ativos. O caixa e equivalentes de caixa, depósitos vinculados e outros investimentos são mantidos com bancos e instituições financeiras de primeira linha, o que caracteriza uma grande probabilidade de que nenhuma contraparte falhe em cumprir com suas obrigações. • **Clientes e ativo financeiro:** A Administração entende que não é necessária a contabilização de provisão para devedores duvidosos em relação aos seus clientes considerando que o CUST - Contrato de Uso do Sistema de Transmissão, celebrado entre o O.N.S. (Operador Nacional do Sistema), as concessionárias de transmissão e o usuário, tem como um de seus objetivos: "Estabelecer os termos e as condições que irão regular a administração pelo O.N.S. da cobrança e da liquidação dos encargos de uso da transmissão e a execução do sistema de garantias, atuando por conta e ordem das concessionárias de transmissão". São instrumentos financeiros que garantem o recebimento dos valores devidos pelos usuários às concessionárias de transmissão e ao O.N.S., pelos serviços prestados e discriminados no CUST: • Contrato de Constituição de Garantia - CCG; e • Carta de Fiança Bancária - CFB. Abaixo descrevemos as principais vantagens destes mecanismos de proteção: • Riscos diluídos, pois todos os usuários pagam a todos os transmissores; • As garantias financeiras são fornecidas individualmente pelos usuários; e • Negociações de pagamento são feitas diretamente entre transmissores e usuários. No caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar ao O.N.S. o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao contrato de constituição de garantia ou carta de fiança bancária. **Risco de liquidez** - Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao venderem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. O fluxo de pagamentos de financiamento é detalhado na nota explicativa nº 13. A Companhia tem um financiamento bancário garantido que contém uma cláusula restritiva (*covenants*). O não cumprimento desta cláusula restritiva pode exigir que a Companhia pague o financiamento antes da data indicada na tabela de fluxos de pagamentos detalhada na nota explicativa nº 13. **Riscos de mercado** - É o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros, impactem nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições aos riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. **Risco cambial** - A Companhia está sujeita ao risco de moeda no financiamento indexado em uma moeda diferente da moeda funcional da Companhia, o Real (R\$). Em 31 de dezembro de 2012 a Companhia possui R\$5.670 (16,17%) de sua dívida total atrelada à taxa de câmbio (cesta de moeda composta principalmente pelo dólar americano). Desta forma eventual desvalorização da moeda local em relação à moeda estrangeira poderá impactar negativamente o resultado da Companhia, a saber:

<b>Efeito líquido resultado/patrimônio líquido em 2012 - aumento/(redução)</b>					
		<b>Cenário A</b>	<b>Cenário B</b>		
<b>Financiamentos</b>	<b>Exposição</b>	<b>Risco</b>	<b>Cenário (deterioração provável)</b>	<b>Cenário A (deterioração de 25%)</b>	<b>Cenário B (deterioração de 50%)</b>
BNDES -		Alta do dólar			
Cesta de moedas	5.670		(20)	(1.587)	(3.155)
<b>Total</b>	<b>5.670</b>		<b>(20)</b>	<b>(1.587)</b>	<b>(3.155)</b>

**Fator utilizado:** **31/12/12 provável** **Cenário A (deterioração de 25%)** **Cenário B (deterioração de 50%)**

Cesta de moedas..... 0,040086 0,040214 0,050267 0,060320

\* Fonte: O fator utilizado no cenário provável foi estimado com base nas expectativas de mercado divulgadas em 4 de Janeiro de 2013, pelo Banco Central por meio de relatórios de estimativas em seu site. Os cenários A e B foram estimados com uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, acima da expectativa provável. As outras variáveis envolvidas na transação não foram alteradas para os cálculos acima. **Risco de taxa de juros** - Refere-se aos impactos nas taxas de juros variáveis sobre despesas financeiras decorrentes de financiamento e também sobre as receitas financeiras oriundas das aplicações financeiras. **Perfil** - O perfil dos instrumentos financeiros relevantes remunerados por juros variáveis da Companhia era:

**Instrumentos financeiros por indexador**

	<b>Nota</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>
Aplicações financeiras, depósitos vinculados			
CDI.....	4 e 5	4.542	3.628
Financiamentos			
TJLP.....		13	29.404
		29.404	35.218

**Análise de sensibilidade de valor justo para instrumentos de taxa variável - Aplicações Financeiras e Depósitos Vinculados**

<b>Efeito líquido resultado/patrimônio líquido em 2012 - aumento/(redução)</b>					
		<b>Cenário A</b>	<b>Cenário B</b>		
<b>Aplicações financeiras</b>	<b>Exposição</b>	<b>Risco</b>	<b>Cenário (deterioração provável)</b>	<b>Cenário A (deterioração de 25%)</b>	<b>Cenário B (deterioração de 50%)</b>
		Queda da taxa			
CDI.....	4.542		(277)	(348)	(418)
<b>Total</b>	<b>4.542</b>		<b>(277)</b>	<b>(348)</b>	<b>(418)</b>

**Taxas utilizadas:** **31/12/12 provável** **Cenário A (deterioração de 25%)** **Cenário B (deterioração de 50%)**

CDI(%)..... 6,90%\*\* 7,25% 5,44% 3,63%

\* Fonte: A taxa utilizada no cenário provável foi estimada com base nas expectativas de mercado divulgadas em 4 de Janeiro de 2013, pelo Banco Central por meio de Relatório Focus. Os cenários A e B foram estimados com uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, acima da expectativa provável. Nos cálculos dos cenários foi considerada uma rentabilidade de 100% do CDI. As outras variáveis envolvidas em cada transação não foram alteradas para os cálculos acima. \*\* A taxa CDI média em 2012 foi de aproximadamente 8,44% a.a. **Análise de sensibilidade de valor justo para instrumentos de taxa variável - Financiamentos**

<b>Efeito líquido resultado/patrimônio líquido em 2012 - aumento/(redução)</b>					
		<b>Cenário A</b>	<b>Cenário B</b>		
<b>Financiamentos</b>	<b>Exposição</b>	<b>Risco</b>	<b>Cenário (deterioração provável)</b>	<b>Cenário A (deterioração de 25%)</b>	<b>Cenário B (deterioração de 50%)</b>
		Alta do dólar			
TJLP.....	29.404		86	(658)	(1.402)
<b>Total</b>	<b>29.404</b>		<b>86</b>	<b>(658)</b>	<b>(1.402)</b>

**Taxas utilizadas:** **31/12/12 provável** **Cenário A (deterioração de 25%)** **Cenário B (deterioração de 50%)**

TJLP..... 5,50%\*\* 5,00% 6,25% 7,50%

\*Fonte: A taxa utilizada no cenário provável foi estimada com base nas expectativas de mercado disponíveis em 4 de Janeiro de 2013 no site do BNDES. Os cenários A e B foram estimados com uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, acima da expectativa provável. Nos cálculos dos cenários foi considerado o spread de 4% da TJLP. As outras variáveis envolvidas na transação não foram alteradas para os cálculos acima. \*\* A TJLP média em 2012 foi de aproximadamente 5,75% a.a. **Risco de inflação** - A receita da Companhia é atualizada anualmente por índices de inflação. Em caso de deflação a concessionária terá sua receita reduzida. Em caso de repentino aumento da inflação a concessionária poderia não ter a sua receita ajustada tempestivamente e com isso incorrer em impactos nos resultados. **Risco de captação** - A Companhia poderá enfrentar dificuldades na captação de recursos com custos e prazos de reembolso que sejam adequados ao seu perfil de geração de caixa e/ou suas obrigações de reembolso de dívida. **Risco operacional** - É o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia. O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação, e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade. A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais de cada concessão é atribuída à alta Administração. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da Companhia para a administração de riscos operacionais nas seguintes áreas: • Exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações; • Exigências para a reconciliação e monitoramento de operações; • Cumprimento com exigências regulatórias e legais; • Documentação de controles e procedimentos; • Exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados; • Exigências de reportar prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas; • Desenvolvimento de planos de contingência; • Treinamento e desenvolvimento profissional; • Padrões éticos e comerciais; e • Mitigação de risco, incluindo seguro quando eficaz. **Riscos Regulatórios** - A Companhia está sujeita a extensa legislação e regulação governamental emitida pelos seguintes órgãos: Ministério de Minas e Energia (MME), a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) e ao Ministério do Meio Ambiente. **Risco de seguros** - A

Companhia contrata seguros de risco operacional e de responsabilidade civil para suas subestações. Apesar de a Companhia adotar os critérios de contratação dos seguros de risco operacional e responsabilidade civil com intuito de utilizar as melhores práticas adotadas por outras empresas representativas do setor, que consiste em segurar os equipamentos mais relevantes e significativos para a operação, mantendo-os com elevados níveis de segurança aos potenciais sinistros, alguns tipos de danos em linhas de transmissão contra prejuízos decorrentes de incêndios, raios, explosões, curto-circuitos e interrupções de energia elétrica não são cobertos por tais seguros, o que poderia acarretar custos e investimentos adicionais significativos. **Risco de interrupção do serviço** - Em caso de interrupção do serviço, a Companhia estará sujeita à redução de sua receita por meio da aplicação de algumas penalidades, dependendo do tipo, do nível e da duração da indisponibilidade dos serviços. No caso de desligamentos prolongados, os efeitos podem ser muito relevantes para a Companhia. **Risco de construção e desenvolvimento das infraestruturas** - Caso a Companhia expanda os seus negócios através da construção de novas instalações de transmissão poderá incorrer em riscos inerentes a atividade de construção, atrasos na execução da obra e potenciais danos ambientais que poderão resultar em custos não previstos e/ou penalidades. Os atrasos de construção de novas instalações podem estar ligados ao fato de Companhia depender de terceiros para fornecer os equipamentos utilizados em suas instalações e, por isso, estão sujeitas a aumentos de preços e falhas por parte de tais fornecedores, como atrasos na entrega dos equipamentos ou a entrega de equipamentos avariados. Tais falhas poderão prejudicar as atividades da Companhia e ter um efeito adverso relevante nos resultados da Companhia. Adicionalmente, devido às especificações técnicas dos equipamentos utilizados em suas instalações, a Companhia tem à disposição poucos fornecedores e, para determinados equipamentos, um único fornecedor. Caso algum fornecedor descontinue a produção ou interrompa a venda de qualquer dos equipamentos adquiridos pela Companhia, esta poderá não ser capaz de adquirir tal equipamento com outros fornecedores. Neste caso, a prestação dos serviços de transmissão de energia elétrica pela Companhia poderá ser afetada de forma relevante, e a Companhia poderá ser obrigada a realizar investimentos não previstos, de forma a desenvolver ou custear o desenvolvimento de nova tecnologia para substituir o equipamento indisponível, o que poderá impactar negativamente a condição financeira e os resultados operacionais da Companhia. **Risco técnico** - A infraestrutura da Companhia é dimensionada de acordo com orientações técnicas impostas por normas locais e internacionais. Ainda assim, algum evento de caso fortuito ou força maior pode causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original. Nestes casos, os custos necessários para a realocação das instalações em condições de operação devem ser suportados pela Companhia, ainda que eventuais indisponibilidades de suas linhas de transmissão não gerem redução das receitas (Parcela Variável). **Risco de contencioso** - A Companhia está envolvida em diversos processos judiciais e administrativos, dos quais até hoje não é possível conhecer seu êxito final. A Companhia apresenta em suas demonstrações financeiras o valor total considerado adequado para suprir tais contingências. **Gerenciamento do capital:** A política da Diretoria é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, do credor e do mercado, e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Diretoria monitora os retornos sobre capital, que a Companhia define como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total. A diretoria também monitora o nível de dividendos para acionistas ordinários. A Diretoria procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de financiamentos e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável. Não houve alterações na abordagem da Companhia à administração de capital durante o exercício. **Classificações contábeis e valores justos:** No que tange ao cálculo dos valores justos, para os principais saldos sujeitos a alterações entre os valores contábeis e valores justos, consideramos: • **Caixa e equivalentes de caixa:** contas correntes valorizadas conforme posições dos extratos bancários e aplicações financeiras valorizadas pela taxa do CDI na data da apresentação das demonstrações financeiras. • **Depósitos vinculados e outros investimentos:** aplicações financeiras valorizadas pela taxa do CDI na data da apresentação das demonstrações financeiras. • **Clientes:** a Administração considera que os saldos contábeis de clientes, classificados como "empréstimos e recebíveis" e mensurados pelo custo amortizado, se aproximam dos seus valores justos, principalmente por terem prazo de recebimento médio de 45 dias, prazo previsto pela O.N.S. • **Ativo financeiro:** o ativo financeiro no início da concessão é mensurado ao valor justo e posteriormente mantido ao custo amortizado. No início de cada concessão, a taxa interna de retorno é calculada baseada no custo de capital próprio e esta auferida através de componentes internos e de mercado. Em 31 de dezembro de 2012 a Companhia adotou a metodologia de apuração do valor justo do ativo financeiro, através do recálculo da taxa interna de retorno. Desta forma, o valor justo do ativo financeiro mantido pela Companhia foi determinado de acordo com modelo de precificação baseado em análise do fluxo de caixa descontado e utilizando a taxa interna de retorno atualizada. A taxa interna de retorno atualizada considera a alteração dos componentes do custo de capital próprio considerados variáveis de mercado e mantém as demais premissas utilizadas no início da concessão. Os componentes considerados variáveis de mercado são a inflação americana e a taxa livre de risco, tendo sido esses componentes atualizados com base nas informações disponíveis em 31 de dezembro de 2012. • **Fornecedores:** O valor justo para os fornecedores é idêntico ao saldo contábil, uma vez que têm prazo de pagamento médio de 60 dias. • **Financiamentos:** O valor justo para o financiamento com o BNDES é idêntico ao saldo contábil, uma vez que não existem instrumentos similares, com vencimentos e taxas de juros comparáveis. O valor justo dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados nas demonstrações financeiras, são os seguintes:

	<b>Nota</b>	<b>2012</b>		<b>2011</b>	
		<b>Valor contábil</b>	<b>Valor justo</b>	<b>Valor contábil</b>	<b>Valor justo</b>
<b>Ativos financeiros</b>					
Caixa e equivalentes de caixa.....	4	2.151	2.151	1.283	1.283
Depósitos vinculados e outros Investimentos.....	5	3.532	3.532	3.402	3.402
Clientes.....	6	3.374	3.374	2.992	2.992
Ativo financeiro.....	6	122.962	160.331	119.843	119.843
		<b>132.019</b>	<b>169.388</b>	<b>127.520</b>	<b>127.520</b>

<b>Passivos financeiros</b>					
	<b>Nota</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>
Financiamentos.....	13	35.074	35.074	41.467	41.467
Fornecedores.....		164	164	39	39
		<b>35.238</b>	<b>35.238</b>	<b>41.506</b>	<b>41.506</b>

Abaixo segue a classificação dos ativos e passivos financeiros:

<b>Ativos financeiros</b>	<b>Nota</b>	<b>2012</b>		<b>2011</b>	
		<b>Valor justo através do resultado</b>	<b>Empréstimos e recebíveis</b>	<b>Valor justo através do resultado</b>	<b>Empréstimos e recebíveis</b>
Caixa e equivalentes de caixa....	4	2.151	-	1.283	-
Depósitos vinculados e outros investimentos.....	5	-	3.532	-	3.402
Clientes.....	6	-	3.374	-	2.992
Ativo financeiro.....	6	-	122.962	-	119.843
		<b>2.151</b>	<b>129.868</b>	<b>1.283</b>	<b>127.520</b>

<b>Passivos financeiros</b>					
	<b>Nota</b>	<b>2012</b>		<b>2011</b>	
Financiamentos.....	13	35.074	35.074	41.467	41.467
Fornecedores.....		164	164	39	39
		<b>35.238</b>	<b>35.238</b>	<b>41.506</b>	<b>41.506</b>

**Hierarquia do valor justo:** A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como a seguir: • **Nível 1:** Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos. • **Nível 2:** Inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). • **Nível 3:** Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). Não houve instrumentos financeiros alocados ao Nível 1 e ao Nível 3, e não ocorreram transferências de níveis no período observado. Em 31 de dezembro de 2012, a classificação e mensuração dos principais instrumentos financeiros estão descritas a seguir:

	<b>Nota</b>	<b>2012</b>			<b>Total</b>
		<b>Nível 1</b>	<b>Nível 2</b>	<b>Nível 3</b>	
Caixa e equivalentes de caixa.....	4	-	2.151	-	2.151
Total de ativos.....		<b>-</b>	<b>2.151</b>	<b>-</b>	<b>2.151</b>

	<b>Nota</b>	<b>2011</b>			<b>Total</b>
		<b>Nível 1</b>	<b>Nível 2</b>	<b>Nível 3</b>	
Caixa e equivalentes de caixa.....	4	-	1.283	-	1.283
Total de ativos.....		<b>-</b>	<b>1.283</b>	<b>-</b>	<b>1.283</b>

Atualmente, a Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

<b>21. Lucro por Ação</b>				
	<b>2012</b>	<b>2011</b>		
Lucro do exercício.....	18.091	25.331		
Quantidade de ações ordinárias.....	34.895	34.895		
Lucro por ação ordinária - básico.....	0,5184	0,7259		
Lucro por ação ordinária - diluído.....	0,5184	0,7259		

A Companhia não possui instrumentos com efeito dilutivo.

**22. Receita Operacional Líquida**  
**Receita de disponibilização do sistema de transmissão de energia elétrica:** Refere-se à tarifa cobrada dos agentes do setor elétrico, incluindo os consumidores livres ligados na alta tensão, pela disponibilização da rede básica de transmissão, de propriedade da Companhia, associada ao sistema interligado

brasileiro. Os valores a serem recebidos estão registrados no ativo, na rubrica de "Clientes e Ativo financeiro". Abaixo apresentamos a composição da receita operacional líquida da Companhia:

	<b>2012</b>	<b>2011</b>
Operação e manutenção.....	11.359	11.698
Remuneração do ativo financeiro.....	18.371	26.683
Receita operacional bruta.....	29.730	38.381
PIIS e COFINS.....	(1.069)	(1.387)
Quota para RGR e P&D (a).....	(1.066)	(1.169)
Deduções da receita.....	(2.135)	(2.556)
<b>Receita operacional líquida.....</b>	<b>27.595</b>	<b>35.825</b>

(a) Refere-se de encargos setoriais definidos pela Aneel e previstos em lei, relativos a projetos com Pesquisa e desenvolvimentos (P&D) e a constituição de Reserva global de reversão dos serviços públicos (RGR).  
**Conciliação entre a receita bruta e a receita registrada para fins tributáveis**

	<b>2012</b>	<b>2011</b>
Receita operacional bruta.....	29.730	38.381
(+/-) Efeitos de Ajustes Societários (a).....	983	(8.807)
<b>Receita operacional bruta tributável.....</b>	<b>30.713</b>	<b>29.574</b>

(a) Ajustes decorrentes da aplicação do ICP/C01(R1) - Contratos de Concessão.  
**23. Receitas e Despesas Financeiras**

	<b>2012</b>	<b>2011</b>
Renda de aplicação financeira.....	560	781
Receitas financeiras.....	560	781
Encargos de dívidas (BNDES).....	(3.519)	(4.163)
Variação monetária líquida (BNDES).....	(488)	(715)
Outras despesas financeiras, líquidas.....	(121)	(196)
Despesas financeiras.....	(4.128)	(5.074)
	<b>(3.568)</b>	<b>(4.293)</b>

**24. Compromissos Assumidos**

**Operação e manutenção da linha** - Parte das atividades é realizada pela CEEE-GTE - Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica - Rio Grande do Sul e parte pela Eletrosul Centrais Elétricas S.A. **Aspectos ambientais** - A Política Nacional do Meio Ambiente determina que o regular funcionamento de atividades consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras, ou que, de qualquer forma, causem degradação do meio ambiente, está condicionado ao prévio licenciamento ambiental. A Companhia, em consonância com as determinações legais vigentes, busca o atendimento na íntegra, de todos os comandos necessários à perfeita execução do objeto de sua concessão, por meio da obtenção de todas as licenças ambientais relevantes para a condução das atividades de instalação, operação e manutenção de linhas de transmissão e subestações. A Companhia adota práticas modernas de gestão empresarial nos moldes das maiores companhias internacionais. O conceito de sustentabilidade empresarial, baseado na gestão dos aspectos econômico, social e ambiental, vem sendo adotado e por consequência, ensejou o desenvolvimento de um Sistema de Gestão Ambiental ("SGA"). O SGA foi construído com base em uma política ambiental única para a Companhia, sendo calçado nas normas ABNT - ISO 14001:2004 e ABNT - ISO 14031:2004. O SGA é um processo ininterrupto, participativo e transversal, que atinge diversas áreas da Companhia. A Política Ambiental da Companhia, documento central do SGA, representa os compromissos socioambientais adotados. Dentre eles destacam-se: (i) o cumprimento de requisitos legais; (ii) a minimização dos riscos ambientais; (iii) a prevenção da poluição; (iv) a preservação dos recursos naturais; (v) o desenvolvimento sustentável; (vi) o atendimento das necessidades e expectativas de suas partes interessadas; e (vii) a transmissão desses mesmos valores aos seus parceiros e fornecedores. Além da Política Ambiental, são partes integrantes do SGA o Manual de Gestão e o Manual de Programas Ambientais e Sociais. Nestes documentos estão descritos os objetivos e as metas a serem cumpridos, os planos de ação, critérios, indicadores de desempenho, processos de gestão, avaliação, monitoramento e revisão. Segue abaixo o quadro detalhado das licenças ambientais expedidas à Companhia:

<b>Trecho</b>	<b>Nº da licença de operação</b>	<b>Data de emissão</b>	<b>Vencimento</b>	<b>Renovação</b>
Campos Novos - Santa Marta	452/2005			